

Se é para interagir, por que não participamos?

Bom dia, participantes do Fórum Brasileiro de TV Digital!

Gostaríamos de convidá-lo a refletir sobre o tema por alguns instantes, antes dos debates, para trazer informações e questões sobre assuntos que serão tratados por vocês. Podemos mais do que pensar uma proposta sobre outro modelo de TV. Podemos construir outro modelo de país: soberano, consciente de seu valor e do potencial democrático que não pode ser dispensado diante desse momento histórico na Comunicação brasileira. Para isso estamos trazendo essas questões. Então pense, questione e faça a diferença!

Consignação de faixa extra?

O Decreto 5820/2006, que instituiu o SBTVD-T com base no padrão japonês de modulação, diz, no seu Art. 7º que “será consignado, às concessionárias e autorizadas de serviço de radiodifusão de sons e imagens, para cada canal outorgado, canal de radiofrequência com largura de banda de seis megahertz (...)”. Qual a base legal para essa “consignação”? Ela pode impedir a presença de novos atores no mercado de veiculação. Que garantias existem para que esses canais sejam devolvidos e não se criem “fatos consumados”? Além disso, como esse serviço será regulado diante da necessidade de uma Lei Geral de Comunicação, cuja construção está em curso e conta com orçamento governamental aprovado para sua realização?

Multiprogramação tem futuro?

Diante desse cenário restritivo, qual será o compromisso das emissoras com a multiprogramação? Como será estimulada a diversidade com qualidade de conteúdo na programação? O que garante novos atores regionais, locais, novos pontos de vista que proporcionariam uma efetiva democratização nos meios de comunicação?

Há compromisso com a inclusão social?

Qual o compromisso em tornar acessíveis a um número maior de pessoas as inovações a serem introduzidas com a TV Digital no Brasil? Quem realmente poderá ter acesso a essas inovações diante de um provável alto custo final dos equipamentos mais complexos?

Há compromisso com a geração de empregos?

Se uma das maiores preocupações da sociedade e do próprio governo federal tem sido a geração de empregos, perguntamos: num país com tanto desemprego seria realmente esse modelo a gerar mais oportunidades nas áreas de produção de conteúdo e industrial?

Qual ganho com a produção de conhecimento?

Os padrões de modulação desenvolvidos em torno do SBTVD - SORCER e MI-SBTVD -, se mostraram melhores para as condições brasileiras e precisavam de viabilidade industrial a partir de outra postura do governo. A despeito de toda a mobilização de 22 universidades e 1500 pesquisadores e de R\$ 65 milhões investidos em pesquisas - R\$ 50 milhões para consórcios universitários e R\$ 15 milhões para o CPqD -, as tecnologias brasileiras não serão incorporadas. Não por falta de qualidade, pois foram testadas e se mostraram superiores às do padrão japonês de modulação. Então por que não foram? Quais as nossas perdas como país? Quais as perdas que tiveram os engenheiros de teleco-municações envolvidos e os que poderiam se envolver? Por que interromper o desenvolvimento da pesquisa do setor em nosso país? Por que o governo federal impediu o CPqD de divulgar o resultado das pesquisas?



Participação da sociedade civil?

A co-gestão ensaiada no Decreto 4901/2003, que instituiu o SBTVD, foi desmontada ao final do processo decisório: o Conselho Consultivo saiu de cena, figuraram unicamente o Conselho de Desenvolvimento e Fórum de TV Digital. Após a publicação do Decreto 5820/2006 a sociedade civil sequer foi chamada a conversar pelo governo. O Decreto 5820/2006 não prevê canais para sociedade civil, mas para a União, com normas fixadas pelo Minicom. Mais restritiva que a própria Lei de TV a Cabo. Se a situação da digitalização da TV é essa, a do Rádio está bastante pior!

Frente Nacional por um Sistema Democrático de Rádio e TV Digital - frenteradiotvdigital.rio@gmail.com

ESTAMOS SENDO COZINHADOS. Se não fizermos nada, estaremos FRITOS!